

UMA BREVE (E RECENTE) HISTÓRIA ECONÔMICA DO ACRE

Carlos Estevão Ferreira Castelo¹

RESUMO

Nesse texto, através do diálogo com pesquisadores como Paula (2003), Maia (2009), Porfírio da Silva (2009), Homma (2005) entre outros, busca-se apresentar uma narrativa da recente história econômica do Estado do Acre, com destaque para as políticas públicas implementadas a partir de 1999 que, segundo seus formuladores, visava à indução de um “novo modelo de desenvolvimento”. A proposta, de forma virtuosa, faria a união entre as agendas ambiental, social e econômica. A saída para o Acre se desenvolver estaria, segundo o que se anunciou, no “aproveitamento da única vantagem comparativa” que o Estado possuía: a floresta. Destaca-se no texto como o Governo adaptou e reproduziu, na política pública local, o discurso formatado no exterior do “desenvolvimento sustentável”.

Palavras-chave: Desenvolvimento; Sustentabilidade; Políticas Públicas.

A BRIEF (AND RECENT) ACRE ECONOMIC HISTORY

ABSTRACT

In this text, through dialogue with regional researchers such as Paula (2003), Maia (2009), Porfírio da Silva (2009) and others, we present a narrative of the recent economic history of the State of Acre, with emphasis on public policies implemented as of 1999, which, according to its formulators, aimed at the induction of a "new model of development." The proposal, in a virtuous way, would make the union between the environmental, social and economic agendas. , according to what was announced, in the "exploitation of the only comparative advantage" that the State possessed: the forest. It is highlighted in the text how the Government adapted and reproduced, in local public policy, the discourse formatted outside the "sustainable development".

Keywords: Development; Sustainability; Public policy

INTRODUÇÃO

No ano de 1999, um grupo de jovens que se diziam apoiadores e sucessores do legado de Francisco Alves Mendes Filho (Chico Mendes) consegue ascender ao poder estadual, renovando as esperanças de muitos que viviam nas florestas e nas cidades do Estado do Acre. Esperanças de uma vida melhor e de sair da crise. Jorge Viana, na época, um político do Partido dos Trabalhadores (PT), foi o Governador eleito. É com

¹ Professor Associado 3 do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Acre (UFAC).

ele que se funda um período denominado pelo próprio Governo de “Governo da Floresta” ou “Governo da Florestania”.

Vale notar que essa mudança no quadro político acreano aconteceu graças a uma ampla coalizão de doze partidos das mais variadas orientações ideológicas, incluindo o PSDB, à época arquirrival do PT em âmbito nacional. Jorge Viana foi eleito em uma coligação composta por PT, PSDB, PC do B, PDT, PSB, PPS, PV, PMN, PTB, PL, PSL e PT do B. Este conjunto de Partidos se uniu em uma frente denominada “Frente Popular do Acre”.

Após a posse de Viana, passou-se a observar várias iniciativas governamentais ditas “modernizadoras” que, segundo o discurso governamental, visavam à indução de um novo modelo de desenvolvimento. Nesse processo, uma característica chamou bastante atenção: a expressão desenvolvimento passou a aparecer adjetivado “sustentável”. O Acre havia escolhido a sustentabilidade ambiental como vocação econômica. Para Homma (2012), a repercussão internacional do assassinato de Chico Mendes tinha se constituído em um divisor de águas sobre o modelo de desenvolvimento que vinha sendo seguido na Amazônia até então.

Nesse texto é realizada uma reflexão crítica acerca da história econômica recente do Estado do Acre (1999-2018). Reflexão apoiada em um diálogo com bibliografia produzida por pesquisadores regionais onde se procurou colocar em relevo as principais estratégias de políticas públicas implementadas pelos governantes que, direta ou indiretamente, relacionaram-se com o desenvolvimento econômico e social estadual.

Para a construção da narrativa também se fez uso de informações e dados coletados para a pesquisa de doutoramento do autor, que teve como aporte metodológico a História Oral, bem como se efetivou análises de documentação escrita produzidas no período (planos, programas de governo e legislação).

UMA BREVE (E RECENTE) HISTÓRIA ECONÔMICA DO ACRE

Com uma proposta de mudar o cenário de crise e tirar o Estado do Acre do atraso, o governo que assumiu em 1999 começou sua atuação em duas vertentes estratégicas. Em uma delas, buscava reforçar o discurso de revalorização de uma dita “identidade seringueira” e, ao mesmo tempo, elevar a autoestima da população que

naqueles anos andava em baixa (assassinato de um Governador², denúncias de corrupção e existência de um esquadrão da morte). Para tanto, o Governo passaria (e efetivamente passou) a fazer uso de referências culturais locais, sobretudo às associadas ao que denominaram de “povos da floresta” (representados nas populações indígenas, seringueiras e ribeirinhas em geral).

No campo da política econômica, a ideia central era aproveitar racionalmente e de forma inteligente a floresta no sentido de mantê-la em pé. O que pode explicar o fato de, nos anos iniciais, o Governo ter empreendido iniciativas que visavam contornar a crise do extrativismo tradicional através da implantação de melhorias técnicas no sistema de extração do látex e da coleta de castanha. Melhorias que Rego (1997) denominou de neoextrativismo. Sobre esse novo extrativismo, Rego destacou:

O extrativismo é apontado às vezes como opção inviável para o desenvolvimento da Amazônia. Tal conclusão apóia-se em uma visão dessa atividade como simples coleta de recursos, o que excluiria técnicas como cultivo, criação e beneficiamento. No caso da região amazônica, essa visão é estreita, pois não leva em conta a cultura das populações locais, que favorece a harmonia com a natureza. Assim, é preciso ampliar essa concepção, admitindo alguma tecnologia e usos dos recursos naturais incluídos no modo de vida e na cultura extrativistas. Surge, com isso, uma alternativa econômica - o neoextrativismo - viável e adequada ao universo amazônico. (REGO, 1999, p.62)

Em outros termos, a crise, notadamente na floresta, seria minimizada pela modernização das atividades extrativas tradicionais com melhoramentos técnicos por dentro. Isso poderia, de forma virtuosa, colaborar na união das agendas ambiental, social e econômica. A crença no extrativismo vegetal como uma das alternativas estratégicas de desenvolvimento estava sinalizada.

Não à toa o Governo definiu que a saída para o Acre progredir estaria no aproveitamento da única "vantagem comparativa" que o Estado possuía: a floresta. Ela deveria ser explorada de forma inteligente (recursos madeireiros e não madeireiro). Para

2 Em maio de 1992, o então governador, Edmundo Pinto de Almeida Neto, foi morto no hotel Della Volpe, em São Paulo, horas antes de depor na Comissão Parlamentar de Inquérito do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que apurava o desvio de verbas destinadas à construção de uma obra de infraestrutura.

tentar dar conta dessas vertentes, o discurso governamental cria um neologismo: “florestania”³.

O problema era que o Estado encontrava-se sem poupança interna. Dessa maneira, a saída para financiar os planos e projetos foi recorrer a financiamentos (em sua maioria, externos). A ideia era aparentemente simples, pois com o dinheiro dos financiamentos contraídos em instituições multilaterais de crédito preparar-se-ia o Estado para receber investimentos privados através da resolução de gargalos de infraestrutura e logística existentes. Além disso, o governo criaria estruturas e legislação de apoio visando alavancar todas as ideias de negócios que possuíssem alguma relação com a saída de desenvolvimento definida: a exploração da floresta. Isso provocaria investimentos privados e a consequência seria a geração de empregos, rendas, e impostos que serviriam para o pagamento dos credores no momento devido.

A maioria da população aceitou sem quase nenhuma crítica a proposta apontada pela “florestania”. Entre os seringueiros, principalmente entre as antigas lideranças do que ficou conhecido no Acre como “movimento de resistência contra a expropriação”⁴, foram poucos os que ousaram discordar e/ou criticar. Entre as vozes rebeldes destacaram-se as de Osmarino Amâncio Rodrigues, desde o início, e Dercy Teles, um pouco mais tarde (CASTELO, 2014).

Nos primeiros anos a popularidade de Jorge Viana e do “Governo da Floresta” só cresciam, com poucos duvidando ou questionando sobre os rumos do propalado “desenvolvimento sustentável” estadual. Desenvolvimento que era alardeado em todo o Brasil e mundo através do neologismo “florestania”. Destaca-se que a popularidade do Governador se devia, também, ao estabelecimento de um programa de obras públicas implementado nas principais cidades do Acre que, naquele momento, de fato, melhoraram as condições de vida de parte da população urbana. Mais especificamente dos moradores da capital do Acre, a cidade de Rio Branco. Obras realizadas com parte

³ Segundo Castelo (2014), o jornalista Antonio Alves é quem primeiro traduziu o conjunto de políticas públicas do grupo que assumiu os destinos do Acre em 1999 através da expressão “florestania”. Fez isso nos encontros iniciais de Planejamento Estratégico do Governo recém-eleito. Nos debates para a construção do Plano, Alves não se sentia contemplado com o termo “cidadania”, por se tratar de um conceito excessivamente urbano, que se comunicava com quem vive nas cidades. E como o Acre era um estado da Amazônia, ele preferiu inserir um termo relacionado com a floresta para tentar traduzir o conjunto das políticas que procurariam viabilizar o desenvolvimento acreano, de forma sustentável, utilizando a floresta como vantagem comparativa.

⁴ Movimento criado por seringueiros do Acre na década de 1970 contra expropriação de seus territórios provocados pela expansão da fronteira agrícola para a Amazônia que tinha como principal estratégia o “empate” da derrubada da mata.

dos financiamentos contraídos, cujos projetos, em suas justificativas, repetiam como uma espécie de mantra as palavras: Chico Mendes, Xapuri (cidade natal de Chico Mendes) e seringueiros.

Esse programa de obras (recuperação das estradas, aeroportos, escolas, delegacias e centros esportivos, etc.) gerou empregos e alguma renda para parte da população, principalmente para os empresários da Construção Civil. E, como consequência, provocou benefícios no comércio e também na indústria local⁵. Ao construir boa relação com os empresários, o governador da época viu aumentar rapidamente a arrecadação própria de seu Governo, via Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS. Além disso, colaborou com o aumento das receitas próprias a efetivação de mudanças na metodologia de cobrança do ICMS, a criação de Lei de Incentivos para a indústria (Leis 1.358, 1.359), a implementação de um programa de promoção de negócios ligados à floresta (batizados de PPN), etc. Tudo caminhava bem.

Jorge Viana foi reeleito e a “Frente Popular do Acre” conseguiu eleger a maioria dos Prefeitos do Estado, inclusive em cidades onde o Partido dos Trabalhadores nunca havia conseguido fazer sequer um vereador. Segundo dados do Tribunal Regional Eleitoral - TRE/AC, em 2004, foram 12 os prefeitos eleitos apoiados pelo Governo do Estado.

Os investimentos públicos efetuados com os financiamentos contraídos cresciam, e não somente eram realizados nas cidades, nem poderiam, principalmente para um governo que se dizia “da floresta”. A zona rural também foi contemplada. No interior da mata, várias iniciativas começaram a impactar a vida dos seringueiros. Uma importante criação foi a “Lei Chico Mendes⁶”, que se destinava a revitalização da extração de látex para produção de borracha, um dos pilares da “identidade tradicional” do seringueiro. A medida previa um pagamento adicional por parte do Governo por quilo de borracha para aqueles que tivessem seus documentos e fossem membros de associações de produtores legalmente constituídas.

Além dessa Lei, o “Governo da Floresta” criou organizações para se concentrarem no apoio da produção florestal e no marketing das empresas cujos

5 Dados publicados no "Boletim Indicadores Industrias do Acre", produzidos pela Federação das Indústrias do Estado do Acre - FIEAC comprovam a afirmativa.

6 Lei Chico Medes nº 1.277 de 13 de janeiro de 1999, estabelece condições para o programa de concessão da subvenção à comercialização da borracha natural.

produtos possuíssem alguma relação com a política definida. Política que, como informado antes, defendia a exploração “racional da floresta” como uma espécie de saída única para o Estado se desenvolver, é claro, de forma “sustentável”. Como exemplo, cita-se a criação da Secretaria de Estado de Florestas e Extrativismo (SEFE); uma rede de cooperativas regionais ligadas a uma organização de nível estadual denominada Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Acre (COOPERACRE); uma Agência de Negócios do Acre (ANAC), entre outras.

Em 07 de abril de 2008, o “Governo da Florestania”, já comandado pelo Governador Binho Marques⁷, inaugurava em Xapuri uma fábrica de preservativos masculinos denominada NATEX. Empreendimento que, por certo tempo, provocou impactos significativos na vida dos seringueiros da região, principalmente quando iniciou a compra do látex diretamente dos residentes na área de influência da fábrica. Observa-se que esta indústria foi implantada visando produzir preservativos masculinos para venda exclusiva ao Ministério da Saúde do Governo Federal.

Com a NATEX alterou-se de forma importante o cotidiano dos seringueiros. Alterou porque eles não precisaram mais realizar o processo de defumação do látex para produzir as pélas de borracha, evento que modificou substancialmente o tempo de trabalho e, principalmente, as condições de saúde (a fumaça da defumação do látex para a produção das pélas prejudicava a visão), entre outras questões. Também propiciou maiores ganhos financeiros para alguns, pois o preço do quilo de látex pago pela NATEX, na safra de 2011, em Xapuri, alcançou R\$ 7,80. Antes da fábrica, o preço não alcançava R\$ 2,00 (CASTELO, 2014).

Para o látex chegar com qualidade na porta da NATEX (requisito essencial para o processo produtivo funcionar com qualidade) era necessário viabilizar ramais. Junto com os ramais a energia elétrica também chegou à floresta (neste caso, através do programa “Luz para Todos”, do Governo Federal). Com a energia, como era previsível, apareceu a televisão. Novas escolas e programas de saúde também foram implantados. Como se pode notar, mudanças significativas no viver das populações da região estavam em plena ebulição.

Além da NATEX, fábricas de processamento de castanha foram estabelecidas. Também se verificou fortes investimentos e incentivos no manejo “sustentável” de

7 O Governador Binho Marques (1º de janeiro de 2007 a 31 de dezembro de 2010) sucedeu o Governo Jorge Viana (1º de janeiro de 1999 até 1º de janeiro de 2007).

madeira (nos primeiros anos da "florestania" foi a atividade mais incentivada). Inclusive, em função do manejo madeireiro, criou-se, na cidade de Xapuri, um Pólo Moveleiro que, segundo o discurso oficial, objetivava processar madeira manejada proveniente de "áreas protegidas" conhecidas como Reserva Extrativista e Projetos Agroextrativistas. O governo também implantou na terra de Chico Mendes uma fábrica de pisos de madeira de alta tecnologia e intensificou os incentivos para criação do que chamou de Pólo de Indústrias Florestais de Xapuri. Atualmente, em 2019, todas essas unidades de produção encontram-se fechadas e/ou enfrentado sérios problemas para continuarem funcionando.

No processo de revalorização da identidade seringueira investiu-se muito na celebração de uma história única enraizada na floresta que, segundo seus idealizadores, tinha como meta melhorar a autoestima dos habitantes das matas anteriormente conceituados como invisíveis, pobres e atrasados. Nesse sentido, na capital do Estado, Rio Branco, o Governo realizou um conjunto de obras de revitalização do centro histórico da cidade (palácios, museus, bibliotecas, parques e mercados). Investimentos que celebravam forte sentido da autonomia do Estado, bem como a história dos seringueiros e suas capacidades de mobilização política. Tudo simbolizado pelas imagens de Chico Mendes. Essas ações conduzem à reflexão sobre a questão dos usos políticos da memória, percebido através dos "lugares da memória" – pensando aqui no que Nora (1993) fala sobre a tentativa de fixar um estado de coisas – nas medalhas comemorativas, nos prêmios e praças em que se inscreve um passado idealizado em nosso presente.

O Governo construiu, por exemplo, um parque urbano denominado Chico Mendes; um estádio de futebol chamado "Arena da Floresta"; uma biblioteca pública denominada "Biblioteca da Floresta", e reformaram o centro comercial histórico da cidade de Rio Branco datado do "boom da borracha" (que passou a ser denominado de "Novo Mercado Velho"). Além disso, o Governo criou o Prêmio "Chico Mendes de Florestania", que passou a ser concedido a cada ano no aniversário da morte do líder seringueiro. No ano de 2009, o governo lançou outro grande programa chamado "Floresta Digital", com o objetivo de fornecer acesso gratuito à internet sem fio para as cidades de todo o Estado. A internet, infelizmente, nunca funcionou corretamente.

Coincidentemente ou não, por todo esse tempo "florestânico" observou-se um processo de heroificação de Chico Mendes no imaginário social acreano,

principalmente, após a aprovação de um Projeto de Lei no Senado Federal (nº 326, de 1999) que, a exemplo de Plácido de Castro, escreveu o nome de Chico Mendes no panteão dos heróis nacionais. O nome de Chico ou mais precisamente o herói Chico Mendes passava a ser firmado na “memória coletiva” da sociedade acreana (HALBWACHS, 1990), parecendo se sobressair como marca cultural de um “novo Acre”, de um “Acre moderno”.

Entretanto, durante o Governo que sucedeu Jorge Viana passou-se a observar uma espécie de enfraquecimento do discurso da "florestania". Para Castelo (2014), foi durante a gestão de Binho Marques que o próprio Governo começou a ter clareza que a saída de desenvolvimento definida poderia não ser suficiente. Apesar de todo o esforço realizado, não se concretizava a atração de grandes investidores capitalistas.

Em 2011, Tião Viana, irmão de Jorge Viana assume o Governo do Acre. Tião era Senador da República e se candidatou ao Governo em 2010. Venceu as eleições com 50,51% dos votos. Nas falas do novo Governador era comum escutar que o “Estado estava se modernizando” e havia se “preparado para crescer”. A partir de então, a “indústria deveria ser o foco”.

Da mesma forma do verificado nos governos anteriores (Jorge Viana e Binho Marques), empréstimos de instituições multilaterais de crédito como o Banco Mundial (BIRD) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) viabilizavam a maioria dos investimentos públicos realizados. Entretanto, com Tião Viana, a ideologia do “desenvolvimento sustentável” traduzido no neologismo "florestania" ganhou outros contornos e dimensões (no Governo Binho já estava ganhando). Intensificaram-se nas terras acreanas discursos e práticas que defendiam a agregação de valor financeiro aos recursos e processos naturais ameaçados. O Acre entrava na era dos “serviços ambientais”⁸, sendo a fixação do carbono nas florestas o primeiro “serviço” a ser precificado, a venda de crédito de carbono⁹.

8 Por meio da LEI N. 2.308, DE 22 DE OUTUBRO DE 2010, criou-se o Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais - SISA, o Programa de Incentivos por Serviços Ambientais - ISA Carbono e demais Programas de Serviços Ambientais e Produtos Ecosistêmicos do Estado do Acre e deu outras providências.

9 Segundo a Economista e presidenta da ONG CTA Amyra El Khalil em palestra apresentada no Seminário "Sistemas Agroflorestais e Desenvolvimento Sustentável" - Campo Grande MS, 2003, Créditos de Carbono são certificados que autorizam o direito de poluir. O princípio é simples. As agências de proteção ambiental reguladoras emitem certificados autorizando emissões de toneladas de dióxido de enxofre, monóxido de carbono e outros gases poluentes. Inicialmente, selecionam-se indústrias que mais poluem no País e a partir daí são estabelecidas metas para a redução de suas emissões. A

UMA NECESSÁRIA AMPLIAÇÃO NA ESCALA DE OBSERVAÇÃO

As questões ambientais apareceram na cena brasileira no final da década de 1960 do século passado (com destaque maior em meados dos anos de 1980). Mas no Estado do Acre essas questões surgem com maior força no início da década de 1990. Qualquer pesquisa rápida no banco de dados de teses e dissertações da Universidade Federal do Acre - UFAC¹⁰ é possível perceber que foi a partir dos anos 1990 que o debate acadêmico direcionou-se para essa rota. E, nesse movimento, muitos pesquisadores dessa Universidade passaram a concentrar seus esforços de pesquisa na tentativa de produzir e contribuir com a reprodução da ideia do desenvolvimento “sustentável”.

Depois da chegada do “Governo da Floresta” ao poder, no caso do Acre, essa ideologia se consolidou e se transformou em política pública. Isso pode ser evidenciado facilmente através do plano de governo apresentado à sociedade acreana no primeiro mandato da “Frente Popular do Acre” e, mais explicitamente, através dos investimentos realizados. Neste documento, informa-se de maneira clara esta opção. Inclusive, o plano anunciava que o “desenvolvimento sustentável” seria capaz de conciliar crescimento econômico com a preservação dos recursos naturais. Nas palavras de Porfirio da Silva:

O governo da Frente Popular no Acre, que assumiu em 1999, passaria a despertar fortes expectativas internas e externas no que diz respeito ao conjunto de inovações anunciadas na esteira do desenvolvimento sustentável. Dada as restrições de financiamento interno, o governo estadual procurou valer-se da “[...] onda ambientalista” para promover captação de recursos externos. Para se adequar às exigências de potenciais fontes como o BID e BIRD, foi colocado em marcha um conjunto de ações voltadas para o saneamento das finanças, “modernização administrativa”, modificações na legislação estadual, particularmente no que diz respeito ao uso das florestas e, alavancagem das obras de infraestrutura (2009, p.7).

empresas recebem bônus negociáveis na proporção de suas responsabilidades. Cada bônus, cotado em dólares, equivale a uma tonelada de poluentes. Quem não cumpre as metas de redução progressiva estabelecidas por lei, tem que comprar certificados das empresas mais bem sucedidas. O sistema tem a vantagem de permitir que cada empresa estabeleça seu próprio ritmo de adequação às leis ambientais. Estes certificados podem ser comercializados por intermédio das Bolsas de Valores e de Mercadorias, como o exemplo do Clean Air de 1970, e os contratos na bolsa estadunidense (Emission Trading - Joint Implementation).

[10 <https://portal.ufac.br/biblioteca/pesquisa/pesquisar.action>](https://portal.ufac.br/biblioteca/pesquisa/pesquisar.action)

Maia (2009), concordando com o pensamento de Porfirio da Silva (2009), destacou em sua tese de doutoramento que a adoção do "desenvolvimento sustentável" pelo "Governo da Floresta" possuía uma relação direta com a necessidade de se adequar às exigências dos organismos internacionais de financiamento, que defendiam não só a promoção do "desenvolvimento sustentável", como também uma preocupação com a temática mais geral do ambiente. Ressalte-se que tudo isso ocorria dentro de um contexto político específico da economia global, "[...] caracterizado pelo crescimento do capital transnacional garantido por novas formas de produção introduzidas pela globalização do mercado" (DE ANTONI, 2010, p. 301).

Analisando o plano de Jorge Viana, que assumiu a administração do Acre em 1999, percebe-se evidências do alinhamento do discurso oficial com o das grandes agências, bancos, e ONG's internacionais. Portanto, não foi a toa a forte priorização dada ao manejo de madeira (dito sustentado) no primeiro Governo Jorge Viana. Como já foi dito, essa atividade foi uma das mais incentivadas. É interessante notar que, para o Governo, as preocupações com o ambiente e com a conservação da floresta em pé (no sentido de uso da natureza não humana respeitando seus limites) se transformavam em ações concretas. Para autores como Paula (2003), na realidade, intensificava-se em terras acreanas a "mercantilização da natureza".

Dialogando com o discurso governamental do "desenvolvimento sustentável" disseminado no Acre, principalmente no primeiro Governo da "Frente Popular", evidencia-se que ele afirmava que a única possibilidade de preservar os recursos biológicos das florestas seria usá-los comercialmente em uma espécie de "use-os ou perca-os". Em outros termos, os recursos da floresta deveriam ser incluídos em processo produtivos. Na visão de Schmidlehner, "o Governo passava a oferecer o Acre para as grandes agências e bancos como laboratório e vitrine do desenvolvimento sustentável" (2012, p.30).

É importante salientar que desde o governo de Geraldo Mesquita (1975-1979), sucessor imediato de Wanderley Dantas, Governador que propagandeou as terras acreanas "férteis e baratas", no centro sul, na década de 1970, a questão dos desmatamentos e dos problemas ao ambiente daí decorrentes já mereciam importância dos governantes acreanos. Isso é apontado por Palza Silva (2012) que destacou a existência dessas preocupações desde esse período. Entretanto, para essa mesma autora, as preocupações e receios não conseguiam se transformarem em políticas de governo.

Foi na gestão do Governador Flaviano Melo (PMDB), iniciada em 1987, que a problemática ambiental começou a aparecer no cotidiano dos acreanos de forma mais frequente, principalmente por conta da liberação de recursos para o asfaltamento da BR-364, no trecho Porto Velho (RO) - Rio Branco (AC). Entretanto, deve-se marcar que isso ocorreu devido à atuação de Chico Mendes que, naquele período, junto com seus companheiros seringueiros, participava dos “empates”¹¹ e denunciavam fortemente os desmatamentos provocados pela expansão da frente agropecuária na Amazônia. Nessa luta, as reservas extrativistas surgiam como uma alternativa diferente para o desenvolvimento da região. Para os seringueiros, a proposta das reservas eram uma espécie de "reforma agrária".

Como se pode perceber, o processo de implementação das bases para uma redefinição da exploração dos bens naturais no território acreano e, por conseguinte, de novas formas de disciplinar o território (intensificado a partir de 1999), teve origem anterior à “florestania”. Ou seja, desde a morte do líder seringueiro Chico Mendes, em 1988, ou mesmo antes. São ricas as evidências mostrando que, após a morte de Chico Mendes, uma intensificação da ideologia do "desenvolvimento sustentável" passou a acontecer em terras acreanas. Intensificação fortemente relacionada com a atuação das agências e organizações não governamentais que, inclusive, passaram a exercer fortes influências e também a pautar os movimentos sociais (referência, principalmente, ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri - STTR e ao Conselho Nacional dos Seringueiros - CNS). Nesse processo, acredita-se merecer destaque a atuação do Banco Mundial.

Segundo Castelo (2014), este banco atuou de forma mais forte e decisiva como uma espécie de núcleo estruturante dessa nova forma de disciplinamento do território. Não só no Acre, deve-se assinalar, mas em toda a Amazônia Brasileira. Exatamente a mesma instituição que se tornaria, a partir de 1999, um dos principais financiadores do “Governo da Floresta”.

O Banco Mundial já havia efetivado intervenções importantes na Amazônia, através do Programa de Desenvolvimento da Região Noroeste (POLONOROESTE) e do Programa Grande Carajás - PGC (DE ANTONI, 2010), entretanto, havia se retirado

11 Correspondeu a uma das estratégias criadas pelos seringueiros do Acre, nos movimentos de resistência contra a expropriação de seus territórios nos anos de 1970 e 1980, que consistia em reunir as famílias (inclusive mulheres e crianças) para tentar impedir a derrubada da floresta pelos fazendeiros/madeireiros.

temporariamente (referência à suspensão de alguns financiamentos motivados por críticas de ambientalistas). Mas, no início da década de 1990, o banco volta novamente suas atenções para a região e com eles todos seus parceiros ocidentais. Agora, com um discurso que (re)considerava a importância do ambiente e das populações locais na implementação das políticas que recomendava. Nesse mesmo tempo histórico, a ideologia da globalização começava a dominar fortemente a cena internacional.

Em 1990, lança-se a iniciativa denominada Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7). Um programa concebido na cúpula do G-7, em Houston, cujos formuladores buscavam demonstrar certa determinação dos ditos “industrializados”, na eliminação da destruição das florestas tropicais, respeitando a soberania nacional dos países “em desenvolvimento” que possuísem grande biodiversidade. Esse suposto compromisso em favor das florestas, na visão de De Antoni, “[...] era inspirado e projetado dentro do quadro político-econômico dominante” (2010, p. 304). Dito de outro modo, a saída apresentada baseava-se na economia de mercado. Saída que se constituiria, segundo o que se anunciava, na melhor solução para o problema da destruição do ambiente e, também, para sua conservação.

Em realidade, defende-se aqui que a ideologia do “desenvolvimento sustentável” apenas tentava dar outra coloração para um conjunto de ações que na Amazônia e no Acre, desde o pós segunda guerra, marcaram profundamente o modo de vida constituído, imprimindo o que Quijano (2000) chama de colonialidade. Não se considerava ou se considerava apenas no discurso, que a preservação e/ou conservação da biodiversidade poderiam também ser possível através de formas alternativas ao quadro político-econômico dominante, com uma verdadeira valorização dos conhecimentos camponeses, seringueiros e indígenas. Conhecimentos que, “[...] paradoxalmente, se encontram ameaçadas pela intervenção crescente da ciência moderna” (SANTOS; MENESES, 2009, p. 49).

O PPG-7 iniciou sua operacionalização no Brasil em 1994. Teve uma primeira fase concluída em 1999, mas continuou atuando até 2009 (DE ANTONI, 2010). No bojo das diversas propostas apresentadas, é possível encontrar iniciativas como a disponibilização de financiamentos dirigidos para a região Amazônica. Dessa maneira, exatamente para aproveitar essas ofertas foi que o “Governo da Floresta” construiu sua política harmonizada com os organismos internacionais, como bem afiançam Porfírio da Silva (2009) e Maia (2009), que sustentam que o Governo adotou a estratégia de

assimilação do discurso. Foi assim que o Banco Mundial, o BID e, conseqüentemente, o G-7 passaram então a conduzir e a disciplinar, de forma mais intensa, as maneiras de exploração e uso do território acreano, através da influência e dos financiamentos das políticas públicas estaduais. Tudo regido pela batuta da economia de mercado.

Conforme salientou Teixeira da Silva (2011), o Brasil configurava-se e ainda configura-se como "uma das maiores potências ambientais do planeta, concentrando um banco genético estratégico pela sua biodiversidade, notadamente pelas suas extensas florestas tropicais localizadas na Amazônia" (SILVA, 2011, p. 228). Portanto, seria até ingenuidade acreditar que iniciativas como a do PPG-7 tratou-se, apenas, de um gesto altruísta dos "desenvolvidos" em favor dos "em desenvolvimento". Por isso mesmo não parece absurdo dizer que nesse período novas possibilidades e interesses da economia mundial pela Amazônia Brasileira são apresentados. Interesses cujas origens são longínquas.

No Acre, concordando com Paula (2003), defende-se que se intensificou na região o que esse autor chama de "mercantilização da natureza". Não significando dizer com isso que, antes, a Amazônia não era ou havia sido mercantilizada. Até porque, desde os momentos iniciais de expansão do modo capitalista de produção se privatizava a terra e mercantilizam-se os bens naturais. Deve-se notar que o que Paula (2003) chama de "mercantilização" refere-se a um processo mais acelerado que leva ao limite a exploração para fins mercadológicos dos chamados bens naturais, inclusive os bens imateriais caso do conhecimento via patentes.

São ricas as fontes escritas sinalizando que todo esse processo foi fortemente influenciado pela atuação de ONG's e agências diversas como a *World Wildlife Fund* (WWF) e a Fundação Ford, entre outras. Organizações que, mesmo antes do "Governo da Floresta" assumir já se faziam presentes na região. Um exemplo dessa presença anterior são os financiamentos realizados para a Cooperativa de Xapuri (CAEX) pela *Oxfam* e *Cultural Survival* (CASTELO, 1991).

Sobre a questão das ONG's, Camely (2009) aponta que:

[...] as articulações destas grandes ONGs com organizações imperialistas, por sua vez, determinam a estratégia que as ONGs devem colocar em prática. Ou seja, as ONGs principalmente em sua ação nos países dominados, são os agentes táticos da estratégia para a apropriação de recursos da biodiversidade; para isto atuam na delimitação de áreas de preservação e em projetos nas comunidades dos países em áreas de florestas tropicais. A vinculação das

ONGs com uma das principais organizações do imperialismo, a USAID, é definida ainda em 1994, dois anos depois da Eco-92, onde também ocorreu o fórum das ONGs. A USAID traçou programas e políticas de preservação ambiental para todos os locais de floresta tropical e elegeu grandes ONGs, como a WWF, CI, TNC, AWF e a WCS como seus principais “agentes”. Suas atividades são encontradas no Brasil e em vários países da América Latina e Caribe, além de atuarem no Quênia, Tanzânia, Madagascar, Filipinas, Indonésia, Mongólia, Nepal, Vietnã, Moçambique e em outros. O Brasil recebe 33% de todos os recursos destinados para projetos de preservação da biodiversidade, cifra que corresponde ao dobro do segundo colocado, o México. Isto se deve ao fato de as imensas riquezas da Amazônia brasileira terem sido alvo do saque e pirataria do colonizador há séculos. (CAMELY, 2009, p.275)

Observa-se, interpretando o que a autora escreveu que na Amazônia Ocidental muitas ONGs atuaram e continuam atuando como verdadeiros agentes do imperialismo. Em sua tese de doutoramento, esta autora procurou mostrar que as ONGs atuantes na região são muito bem articuladas com as organizações imperialistas, que, inclusive, determinam a estratégia de ações das mesmas nos países dominados. Para a pesquisadora, “as ONGs funcionam como agentes táticos da estratégia para apropriação de recursos da biodiversidade” (CAMELY, 2009, p. 275).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse texto, pode-se verificar uma narrativa breve da recente história econômica do Estado do Acre de 1999 a 2018, com destaque para algumas das estratégias utilizadas pelos Governos do período analisado na tentativa de provocar desenvolvimento econômico e social. Nesse sentido, relataram-se as estratégias de reforçar o discurso de revalorização da “identidade seringueira” e elevar a autoestima da população, bem como fomentar a exploração da floresta de forma inteligente, preservando-a.

Procurou-se destacar a adaptação e reprodução, na política local, de um discurso formatado no exterior do “desenvolvimento sustentável”, com forte influência ideológica no sentido de somente conseguir conceber a conservação da natureza através de critérios mercadológicos.

Na narrativa buscou-se, ainda, mostrar como as políticas públicas implementadas, financiadas por instituições multilaterais de crédito aprofundaram a mercantilização dos bens naturais implicando, por exemplo, na perda de

representatividade das organizações dos seringueiros. Foi exatamente no período analisado que um conjunto de agentes passou a atuar na região substituindo os principais interessados. Vale dizer que quem falava pelo Acre sobre as florestas, e sobre a vida nas florestas e cidades, eram as ONG's e os políticos. Pouco ou quase nada se ouvia da voz do líder indígena, do líder urbano e/ou do líder seringueiro.

Nos primeiros anos das ações da “florestania”, o manejo “sustentável” de madeira foi a atividade econômica priorizada. Em seguida, a venda de crédito de carbono apareceu como protagonista na política econômica, juntamente com tentativas de industrialização do Estado. Entretanto, tendo como maior investidor o próprio governo.

Há muito que pesquisar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACRE. Governo do Estado do Acre. **Frente Popular do Acre: Plano de Governo.** A vida vai melhorar (versão preliminar). Rio Branco, Frente Popular do Acre, 1998.

ACRE. Governo do Estado do Acre. **Acre certificado:** o setor florestal contribuindo para tornar o Acre, o melhor lugar para se viver na Amazônia Brasileira. Rio Branco, junho de 2009.

ACRE, Governo do Estado. **Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre.** Documento Síntese da Fase II. Rio Branco: Secretaria do Meio Ambiente do Acre-SEMA, 2010.

ACRE. Governo do Estado do Acre. **Desenvolver e servir – Plano Plurianual 2012-2015.** Rio Branco, 2011.

CAMELY, N. C. **A Geopolítica do ambientalismo ongueiro na Amazônia brasileira:** um estudo sobre o Estado do Acre. Tese (Doutorado em Geografia). Rio de Janeiro: UFF, 2009.

CASTELO, Carlos E. F. **Experiências de seringueiros de Xapuri no estado do Acre e outras histórias.** Tese (Doutorado em História Social) São Paulo: USP, 2014.

_____. **O Extrativismo da Castanha do Brasil no Estado do Acre.** Monografia (Graduação em Economia). UFAC/Dep. de Economia, Rio Branco, 1991.

ANTONI, Giorgio de. **O Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7) e a Globalização da Amazônia.** Ambiente e Sociedade. Campinas. v. XIII, n. 2. p. 299-313. jul-dez 2010.

EL KHALILI, Amyra. **O Que São Créditos de Carbono?** Disponível em <<http://saf.cnpqc.embrapa.br/publicacoes/10.pdf>>. Acesso em junho 2019.

FIEAC. **Indicadores Industriais do Acre**. Rio Branco, 2007.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: **La Colonialidad del saber: Eurocentrismo y Ciencias Sociales. Perspectivas Latinoamericanas**. Edgardo Lander [org]. Caracas: Clacso, 2000

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HOMMA, A.K.O. Amazônia: como aproveitar os benefícios da destruição? **Estudos Avançados**, São Paulo, v.54, n.19, p.115-135, mai./ago, 2005.

HOMMA, Alfredo K. O, Ciencia e tecnologia para o desenvolvimento rural da Amazônia. **Parcerias Estratégicas**. Brasília-DF. v.17. n 34. p-107-130. 2012.

MAIA, J. S. da. **A florestania, o desenvolvimento (in)sustentável e as novas fronteiras da sociodiversidade no vale do Rio Acre na virada do século XX: o caso dos trabalhadores extrativistas**. Tese (Doutorado em História). UFRGS, Porto Alegre, 2009.

NORA, Pierre. “**Entre memória e história: a problemática dos lugares**”. In: Projeto História. São Paulo, nº 10, p. 7-28, dez. 1993.

PAULA, Elder Andrade de. **Estado e desenvolvimento insustentável na Amazônia Ocidental: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza**. Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, 2003.

_____. **Seringueiros e Sindicatos: um povo da floresta em busca de liberdade**. Rio de Janeiro: UFRR/CPDA, 1991.

_____. O Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais e a Luta Pela Terra no **Acre: conquistas e retrocessos**. **Revista Nera**, ano 7, n. 5 – Agosto/Dezembro de 2004.

PAULA, Elder Andrade de; SILVA, Silvio Simione da (orgs.). **Trajatória das lutas camponesas na Amazônia acreana**. Rio Branco: EDUFAC, 2006.

REGO, J. F. **A viabilidade de um novo extrativismo**. UFAC/ASPF, 1997.

SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. Edições Almedina, 2009.

SCHMIDLEHNER, Michael F. “Os desdobramentos do capitalismo de desastre no Acre - a adicionalidade do medo”. In: **Contra Corrente: territórios de disputa**. Rede Brasil, número 5, outubro de 2012.

SCHMINK, M et. al. **Acompanhamento para o Manejo Florestal Comunitário no Projeto Cachoeira**. Acre, Amazônia, Brasil. Cifor & Imazon, 2007.

SILVA, J. Porfirio da (Coord.). Arranjos Produtivos Locais no estado do Acre: mapeamento, metodologia de identificação e critérios de seleção para política de apoio. In: **Projeto de Pesquisa (BNDES/FUNPEC): Análise do Mapeamento e das Políticas para Arranjos Produtivos Locais no Norte, Nordeste e Mato Grosso e dos Impactos dos Grandes Projetos Federais no Nordeste**. Nota Técnica 02. Rio de Janeiro: BNDES: RedeSist, 2009.

SILVA, Alberto Teixeira da. **Governança global na Amazônia**: o programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil. Novos Cadernos NAEA, v.14, n.2, p-219-236, 2011.

SILVA, Sheila Maria Palza. **Políticas Públicas e Ambientalismo no Agroamazônico**: um estudo de caso do Acre (1999-2010). Tese (Doutorado em Ciências). Rio de Janeiro: UFRRJ, 2012.

_____. **Amazônia**: do extrativismo ao neo-extrativismo. Ciência Hoje. v. 25, n. 147, p. 62-65, 1999.